

2014/05/11

A crise ucraniana e a NATO

Alexandre Reis Rodrigues

As Cimeiras da NATO ao nível de Chefes de Estado e de Governo, têm sido, sobretudo, um evento mediático em que se formalizam as decisões que, entretanto, foram tomadas pelos ministros das Defesa e dos Negócios Estrangeiros, desde a última Cimeira. A que se encontra prevista para setembro no País de Gales, pelo que se encontrava anunciado como agenda, não escaparia certamente a este padrão, mas a crise ucraniana tem o potencial necessário para alterar esta perspetiva.



Vai ser necessário discutir o tema da parceria estratégica com a Rússia, objetivo consagrado no Conceito Estratégico da NATO¹, aprovado na Cimeira de Lisboa, em novembro de 2010, mas que no “terreno” evoluiu, em sentido contrário, para uma confrontação Leste/Oeste, em primeira instância entre os EUA e a Rússia, sobre zonas de influência.

Não faltam identificações das razões deste desfecho. Uns dizem que é por exclusiva culpa de Moscovo, mais precisamente Putin, que quer fazer “ressuscitar” o estatuto imperial da Rússia, recuperando as suas antigas zonas de influência. Outros dizem que é por culpa da NATO/Washington que levou demasiado longe a exploração da fragmentação do ex-império soviético tentando trazer para a órbita ocidental antigos Estados comunistas e ex-repúblicas da ex-URSS, a maioria dos quais, aliás, já está incorporada.

Algumas razões eram previsíveis. Só admira não terem sido tidas em conta. Muito embora a Aliança tenha conseguido mais do que duplicar o número de Países membros (de um grupo inicial de 12 para 28, atualmente), não era realista esperar que a continuação desse processo, para incluir a Geórgia e a Ucrânia, iria passar sem reações russas, por vários motivos conhecidos (históricos, geopolíticos, militares² e sociais) e sem agitação interna, por falta de uma maioria da população ucraniana em favor dessa opção. O caminho alternativo da União Europeia constitui-se também num fator de divisão interna que Moscovo explorou por ver nessa opção uma iniciativa do Ocidente para minar a influência e poder de Moscovo.

Como deverá a NATO reposicionar-se em função destes acontecimentos é matéria em que não será fácil obter consenso interno. As razões são as mesmas que

¹ Extrato do Conceito Estratégico de novembro de 2010: «NATO-Russia cooperation is of strategic importance as it contributes to creating a common space of peace, stability and security. NATO poses no threat to Russia. On the contrary: we want to see a true strategic partnership between NATO and Russia, and we will act accordingly, with the expectation of reciprocity from Russia».

² Não se avaliou devidamente o caso da base russa de Sevastopol na Crimeia que seria sempre algo a que Moscovo não se prestaria certamente a negociar.

impedem a União Europeia de adotar um nível de sanções mais duro. Por um lado, está o nervosismo dos Estados membros a Leste que pressionam para um comprometimento mais visível e substantivo da Aliança na sua própria segurança. Pelo outro lado, tende a prevalecer uma perceção mais benigna da postura russa e a vontade de tentar manter de lado tudo o que possa envolver compromissos que prejudiquem a recuperação económica. Nesta linha, contra o habitual, estão também os EUA cuja população, com fadiga dos prolongados envolvimento no Iraque e Afeganistão, se inclina para uma atitude menos militarmente interventiva na resolução dos conflitos mundiais.

O desafio para a estabilidade e coesão da NATO é grande. Quer os principais “consumidores de segurança” – os que combinam maior proximidade da Rússia e fracas capacidades militares –, quer os “pesos médios”³ da Europa Central, não parecem contentar-se com garantias de que a Aliança intervirá se forem ameaçados. Querem um dispositivo que previna essa possibilidade.

Se não se sentirem confortáveis com as garantias da Aliança vão procurar parcerias regionais que ajudem a preencher as lacunas, o que é contrário à coesão geral da NATO e à estabilidade europeia, algo que até há pouco ninguém considerava em causa. Os ocidentais precisarão de ter presente que, apesar de terem passado a ter algumas faturas a pagar em resultado do alargamento da NATO a Leste, também ganharam com a nova situação. Pelo menos, espaço e tempo para preparar uma resposta, uma capacidade que, afinal, contra as expectativas de muitos, continua a ser necessária.

A Cimeira do País de Gales vai ter que rever e reorientar todo o tema da parceria estratégica com a Rússia. Embora nada reconhecendo publicamente, fica implícito que terá que ter em conta alguns erros cometidos. Por exemplo, a decisão de enveredar por desafios para os quais a Aliança não está unida sob a mesma perceção da situação nem preparada para enfrentar as correspondentes dificuldades.

³ Por exemplo, os membros do Visegrad Group (República Checa, Polónia, Hungria e Eslováquia).